

#### **NARRATIVA DA DESIGUALDADE NA ARQUITETURA DA POBREZA**

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/NELIM)

Antônio Busnardo Filho (FIAM/FAMM)

**Resumo:** O presente trabalho tem como proposta analisar, a partir da Análise do Discurso Ecológico/Ecológica (ADE), os efeitos de sentido no discurso legal que trata da questão da Habitação de Interesse Social (HIS), considerando a própria cidade como um discurso, ampliando a análise para além do texto da lei. Os discursos sobre a preocupação com a população carente sinalizam a segregação do espaço público, que setoriza a cidade e o uso do solo, a partir de interesse de empreendedores. Isto gera a desigualdade e aquilo que aqui se permitiu chamar de arquitetura da pobreza. Considerando as propostas do Ministério das cidades e do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, e as HIS, no espaço urbano, encontra-se a possibilidade de aproximação da compreensão das cidades e do discurso/narrativa, a partir da aparente bondade das elites políticas que erguem impessoais conjuntos habitacionais na periferia das grandes cidades, que não diminuem o sofrimento dos desprivilegiados, mas afirmam a manutenção de um discurso de classes.

**Palavras-chave:** cidade; urbano; análise do discurso ecológico; ecolinguística; desigualdade.

**Abstract:** The objective of this article is to use Ecosystemic/Ecological Discourse Analysis (EDA) to discuss the meanings inherent in the legal discourse about social-house programs, by looking at the city as a discourse in itself, therefore going far beyond the legal discourse. The latter shows a segregation of the public space, which sectorize the town and the soil use in favor of the entrepreneurs. This results in inequalities and what came to be called poverty architecture. Considering the program of the Ministry of the Cities of São Paulo and the social-house programs it is possible to begin to understand the cities and the “generous” attitude of the élites when they build huge social-house condominiums in the periphery of the cities. This bring suffering to the poor because they are obliged to live distant from their jobs. This is a manifestation of a class discourse.

**Keywords:** city; urban life; ecosystemic discourse analysis; ecolinguistics; inequality.

## **1. Introdução**

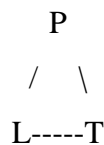
Antes de ser um assunto acadêmico e objeto de pesquisa, a desigualdade é uma questão social cotidiana, que diferencia os homens. Ela é bem vista quando gera a diversidade e, conseqüentemente, a diversidade cultural. Pensar uma igualdade cultural seria definir para os homens um único padrão de comportamento, como se a aquisição de conhecimento estabelecesse o mesmo nível de cultura a todos, o que limitaria o desenvolvimento humano. No entanto, se pensarmos a desigualdade como a distância dos indivíduos de seus direitos básicos, criamos a segregação e a exclusão. No espaço urbano, no uso e ocupação do solo, esta segregação é amplamente perceptível, uma vez que os cidadãos com menores rendas são empurrados para locais mais distantes das áreas urbanas consolidadas e dos centros urbanos, e até de seus empregos. Os documentos governamentais relativos à diminuição do déficit de moradia instituem um discurso que incorpora uma designação da desigualdade social, Habitação de Interesse Social. A moradia é direito de qualquer pessoa, para trabalho e descanso, portanto, é um interesse social. Há também uma diferenciação estética na produção destas moradias, que por serem para pessoas com renda de até três salários mínimos, tem uma limitação nos gastos de projetos, por ser considerado alto o seu custo social. Esta denominação caracteriza uma arquitetura da pobreza na questão social, pela localização urbana e pela estética e barateamento da construção. Com isto podemos pensar o discurso oficial – instituído – como gerador de segregação social e de definição de arquitetura e de urbanidades e, provavelmente, como criador da relação entre linguagem, meio e indivíduo – o discurso como criador de espacialidades, como na epistemologia da Análise do Discurso Ecológica.

## **2. O espaço na ecolinguística**

Na ecolinguística, que é o estudo das relações entre língua e meio ambiente, o espaço tem um papel muito importante. Com efeito, a língua só existe se há um povo que a use. Esse povo, por seu turno, só será povo e terá uma língua se seus membros conviverem em determinado lugar. Esse lugar, que junto com a população constitui o meio ambiente da língua, é o que se tem chamado de território. O meio ambiente da língua pode ser de três naturezas, ou seja, natural, mental ou social (COUTO; COUTO; BORGES, 2015). No momento, vamos nos concentrar no meio ambiente natural da língua. Mas, quando o

território é urbano, faz-se necessário distinguir entre meio ambiente natural propriamente dito e meio ambiente construído.

Como meio ambiente construído, urbanismo, a cidade é uma expressão proxêmica da sociedade que a forma e habita. Se é expressão, comunica algo. Se comunica algo é linguagem. A cidade é de natureza semiótica, cada aspecto dela representa algo para seus habitantes. Considerando-a como uma comunidade de fala, no sentido ecolinguístico, o seu espaço é o lado T (território) dessa comunidade. E aqui temos uma grande novidade para a linguística ecossistêmica e até para o signo de Peirce. O conhecido tripé ecolinguístico reproduzido abaixo, não admite uma relação direta entre L (linguagem) e T, fato representado pela linha segmentada entre eles. Mas, o meio ambiente construído, que é o T da cidade, parece ser uma exceção a isso. Vale dizer, a cidade como linguagem mostra que há uma relação direta entre T (meio ambiente construído) e linguagem porque, se é construído é, como acabamos de ver, de natureza semiótica, é linguagem (L).



### **Ecossistema linguístico**

#### **Comunidade linguística: comunidade de língua/comunidade de fala**

Quem construiu cada detalhe desse T queria dizer algo aos demais habitantes: “isso é meu” (minha casa), “isso é para uso da prefeitura” (prédio da prefeitura), “isso é para se dar aula” (escola) etc. Cada detalhe urbano representa algo e, como dissera Peirce, para alguém, parte do lado P do tripé. Trocado em miúdos, o T da comunidade urbana é uma exceção à regra de que não há relação direta entre L e T porque esse T é linguagem.

É no meio ambiente construído que se encontra a questão da arquitetura e do urbanismo. As cidades têm um traçado, que constitui uma malha, uma rede de ruas e avenidas, uma rede de canalização de água, outra de esgoto, outra de fiação elétrica e muitas outras. Alguns autores têm dito que o traçado das cidades tem tudo a ver com a mentalidade de seus habitantes, que a reflete. Outros dizem que esse traçado é que direciona o comportamento dos habitantes.

É bem provável que as duas posições estejam parcialmente certas. Há cidades que surgiram espontaneamente, com ruas tortuosas, que terminam inopinadamente, com outra que começa logo ao lado, também terminando de modo inesperado. Há muitos becos sem

saída, as ruas são às vezes demasiadamente estreitas e assim por diante. Enfim, para alguns observadores, trata-se de um traçado caótico. Tudo isso pode ocorrer com cidades inteiras, mas pode se dar também no surgimento de bairros.

É nos bairros que vamos nos concentrar aqui. Todas as cidades brasileiras têm bairros que surgiram por “invasão”. Um grupo de pessoas pobres de repente chega com papelões, tábuas, todos os seus pertences e, de um dia para a noite (ou da noite para o dia), montam um bairro inteiro. Como cada um “constrói” sua casa como e onde quer (e pode), sem o mínimo planejamento, além de açodadamente antes que a polícia chegue, acaba surgindo um bairro como acaba de ser descrito. Em Brasília, estimulados por um político populista, isso aconteceu em grande quantidade, como o bairro da Estrutural e Itapuã. É claro que isso ocorre devido à exclusão que essas pessoas sofrem, ao lado da opulência de políticos corruptos do Plano Piloto, do Lago Sul e do Lago Norte.

Para aplacar um pouco a pequena consciência que esses políticos têm, projetam bairros populares, relativamente planejados. As ruas são bem traçadas, as casas são construídas todas em alvenaria. No entanto, são todas iguais, as firmas contratadas para erguê-las geralmente superfaturam, usam material de segunda, enfim, fazem tudo para economizar o máximo que puderem. Com isso, logo começam a aparecer rachaduras, infiltrações, vazamentos, as paredes começam a descascar, o reboco começa a cair e assim vai, numa interminável ladainha de irregularidades.

Diante desse quadro, podemos perceber que, mesmo quando as autoridades querem “resolver” o problema da moradia para os marginalizados das benesses do poder político-econômico, o descalabro das condições de vida deles se deve à incúria dos donos do poder e à corrupção. Não se pode dizer que os pobres da favela são culpados pela violência que em geral existe nela. As drogas que lá são traficadas são consumidas por bem nutridos filhos das classes média e alta. Portanto, há efetivamente uma relação entre o traçado urbanístico e o comportamento das pessoas, no modo de elas se comunicarem. Isso já havia sido dito pelos membros da Escola de Sociologia Ecológica de Chicago, cujos líderes eram Ernest Burgess e Rober Park. Já na década de 20 do século passado, eles dividiam a cidade em zonas concêntricas, que incluía o distrito comercial central, zonas de transição, próximas às quais ficavam as elites e a extrema periferia, habitada pelos pobres que dependiam de transporte coletivo para ir trabalhar no centro e voltar para casa. Essa escola associou pela primeira vez determinados grupos sociais com determinadas regiões da cidade. Tudo isso comunica algo, é linguagem.

### **3. A diversidade na ecolinguística**

Em ecologia, o conceito de diversidade é um dos mais importantes para a sobrevivência dos ecossistemas. Quanto mais diversidade de espécies houver em qualquer um deles, mais vitalidade ele terá, pois, se desaparecer uma espécie, outras podem assumir seu papel na cadeia da vida. Quanto mais pobre, mais frágil ele será. Por exemplo, em um ecossistema com apenas três espécies, desaparecendo uma delas as outras duas logo desaparecerão, pois uma devorará a outra, e ficará sem alimento.

**O mesmo vale para a cultura e a língua, que dela faz parte. Na cultura**, quanto mais manifestações houver, quanto mais tipos de folclore e outros, mais forte ela será. A Índia e o Brasil têm uma cultura riquíssima, o que parece não ser o caso nos países escandinavos. Na língua é a mesma coisa. Quanto mais multilíngue e multidialetal for determinada língua, mais rica ela será, contrariamente aos donos do poder, que sempre sonham com um monolinguismo e um monodialetalismo. Frequentemente se diz que é impossível contar uma piada em dinamarquês, pois no país que essa língua é falada há uma homogeneização geral, cultural e linguística. Obviamente, há exceções. O Japão é um país etnicamente bastante homogêneo. No entanto, tem uma rica cultura. Enfim, os países com língua e cultura bastante diversificadas têm mais do que falar, seus discursos são mais ricos.

### **4. Diversidade e desigualdade**

O mundo contemporâneo é o mundo do discurso, pleno de pensamentos lógicos e discursivos que pretendem construir uma visão hegemônica deste mundo que se tem para viver. As sociedades, ou ao menos, os dirigentes e ideólogos do Poder pretendem um mundo fácil de ser entendido e dirigido, daí pensarem a sociedade com previsibilidade dos fatos, construindo um discurso, cujo percurso atinja seu objetivo com facilidade. Os possíveis desvios deste percurso, pretende-se que sejam também previsíveis. No entanto, é preciso compreender o significado deste discurso que é imposto à sociedade; mesmo que seja dissimulado na forma de uma fala de igualdade, as diferenças sociais localizam os cidadãos em seus lugares, determinando os que estão mais próximos ou distantes das possibilidades de decisões; os que podem e os que não podem; os que têm direito e os que não têm direito algum, como os excluídos.

Compreender este discurso que há séculos estrutura a nossa sociedade é, primeiramente, compreender que há uma diferença que diz quem é o homem, ou melhor o indivíduo social, e qual o papel dele na construção desta sociedade; que não é, necessariamente, a sociedade pensada pelo cidadão, pelo homem comum. Sem a necessidade de grandes estudos, percebe-se logo que o discurso do Poder – do Poder instituído -, que pretende mostrar as verdades políticas como vetores de construção de igualdades, é, antes, um construtor de desigualdade e de exclusões. A desigualdade é uma questão social cotidiana, que diferencia os homens em seu direito básico, o direito de igualdade e paridade com seus semelhantes. Se se pensar a desigualdade enquanto uma possibilidade de investigação para a ampliação do conhecimento, a desigualdade carregará um sentido positivo, porque construirá novas possibilidades de ação e novos conhecimentos, mostrando as diferenças para se chegar a um consenso, sendo um princípio heterogêneo da construção das crenças e dos saberes de uma sociedade; mas, no sentido contrário, aquele que demonstra as diferenças socioeconômicas e que se atém a isto, tem-se os princípios da exclusão e das divisões de classes, e, conseqüentemente, define quem pode e quem não pode propor os caminhos do mundo, gerando grandes conflitos sociais; separando a sociedade em grupos homogêneos, coagulados socialmente – consolidando a desigualdade.

Se o discurso é uma produção social carregado de ideologia, e a forma de se apresentar a visão de mundo de um determinado grupo social, ou da sociedade como um todo, pode-se dizer, que na sua amplitude conceitual, a cidade é também a construção de discursos que se sobrepõem – como um palimpsesto -, dependendo dos momentos sociais, históricos e políticos que definem a sua ideologia; ou melhor, que apresentam, em momentos determinados a crença de uma sociedade e sua visão de mundo. As narrativas e os relatos de cidades é que de fato dão a concretude e a realidade das cidades, muito mais do que os seus projetos urbanísticos e seus planejamentos. É na história contada pelos moradores, nas suas experiências cotidianas que o espaço urbano se estrutura. E que faz com que a cidade se transforme em uma rede simbólica, que permite a leitura ampliada de seu(s) significado(s).

Michel de Certeau (1994) analisa a cidade a partir da vontade do homem de representá-la na sua totalidade, com um olhar definidor que possibilitasse uma apreensão total do território, dessa “pulsão escópica” que permitiu ao homem medieval pintar a cidade vista do alto, mesmo antes da perspectiva renascentista e da própria possibilidade concreta de

se ver a cidade de cima, do alto; vista por um olho que “jamais existira até então” (idem, 170), apresentando a texturologia como um simulacro teórico que desconhece as práticas do dia-a-dia. Opõe-se a este olhar do alto, a experiência do baixo, onde vivem os “praticantes ordinários” da cidade, que escrevem “texto” urbano, sem poder lê-lo; um texto cotidiano e sempre diferente, um texto vivo, como é viva a cidade contemporânea, na sua grande capacidade de inovação e de transformação; no seu estranhamento diário, que urbaniza a linguagem do Poder - “a cidade se entrega a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico” (CERTEAU, 174, 1994).

É assim, que a “enunciação pedestre” (ainda Certeau), surgida da trajetória urbana dos cidadãos apresenta “três características que de saída a distinguem do sistema espacial: o presente, o descontínuo, o ‘fático’” (idem, 177, 1994). Considerando a última característica, a fática, pode-se dizer que a trajetória dos transeuntes cria elementos que permitem uma “comunicação” entre lugares, possibilitando a construção de um diálogo entre estes lugares - “*topoi* fáticos” -, como diz Certeau. Numa ampliação trazida por José Carlos de Paula Carvalho (1995) ao conceito de fático dado por Malinowski - na forma de uma comunhão social -, e Jakobson - enquanto função da linguagem -, é possível perceber uma dimensão simbólica, naquilo que é a capacidade de o fator fático revelar uma dimensão mítica da palavra. Neste grande texto que é a cidade é a atitude pervagante que coloca o indivíduo em contato com os “*topói*” fático, descrevendo e narrando a metrópole, como uma forma de entender o lugar em que se vive. Assim, o sentido “fático” da cidade é uma circulação simbólica que a desvenda, tornando-se o mediador entre o mundo sensível e o mundo perceptível - o “*logos*”. Paula Carvalho afirma que: “O ‘fático’ tem, portanto, a vizinhança e a corresponder com ‘logos’, mas em profundidade com ‘aletheia’ e com ‘moira’, com ‘verdade’ e ‘destino’...” (1995,7). Verdade e destino que constituem a cidade e o cidadão num processo de equivalência, no qual a cidade existe como criação e ordenação do homem que através da sua *práxis* pervagante torna-a significativa e se transforma em seu mensageiro por meio da enunciação. A cidade na sua dimensão fática é o campo das imagens e das metáforas e por isto, um espaço mítico, passível de uma análise mitocrítica; considerando que a cidade é um texto a ser lido, um discurso de poderes que se sobrepõem.

Compreendendo a cidade como uma grande narrativa, um discurso construído socialmente, e compreendendo que a dimensão fática permite a comunicação e a circulação simbólica entre os cidadãos e os espaços urbanos, desvelando uma concepção

de mundo que ora responde às determinações do poder, ora, as dos cidadãos, apontar-se-á, agora, a relação das figuras do urbanismo, a exemplo das da retórica, a partir do pensamento de Bernardo Secchi, arquiteto e urbanista italiano.

Sendo a cidade um grande texto, é possível pensar a sua estrutura e organização urbana como um discurso, no qual algumas figuras são reconhecidas para facilitar a sua compreensão e explicação, à semelhança das figuras de linguagem que servem para construir e organizar os nossos pensamentos; “por isso, utilizamos o mesmo termo de figura para indicar, também em um nível mais abstrato, formas de pensamento ou, no outro extremo e em um nível aparentemente menos abstrato, formas da cidade, de suas partes ou arquitetura” (2012, 22). As figuras funcionaram como uma metafísica influente, como elemento unificador e orientador de todo o pensamento de uma época, colocando em relação a percepção do real (Secchi, 2012).

Secchi destaca algumas figuras do urbanismo, que são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento da cidade e de suas organizações espaciais, como: continuidade, considerada a principal para o modernismo, representa a coerência e a unificação do espaço urbano; concentração, que representa a angústia e o medo na cidade – multidão, congestionamento, etc -, bem como evidencia sua relação social de trabalho, que resultará em desigualdade, especulação, violência, luxo, pobreza, formando os coágulos urbanos; fragmentação, que remete à importância e à hierarquia dos lugares por meio da concepção topológica do espaço urbano e equilíbrio, que pensa em termos monetários a relação, interpretada por arquitetos e urbanismo em termos de forma e proporção. Assim, propõe Secchi (2012), a compreensão do urbanismo e a organização espacial da cidade contemporânea. Logicamente, não cabe aprofundar aqui as interpretações de Secchi, senão apenas apontá-las para mostrar a relação do urbanismo com o discurso, e para dizer que além dos textos de leis que demonstram a desigualdade na cidade e a exclusão eufemizada pelo bom sentido da Lei, pode-se e deve-se “ler” a cidade, e compreender seu texto ao rés do chão, como diz Certeau. Ser o narrador, o ouvinte e o analista desta narrativa urbana. Portanto, abrir-se-á mão, não totalmente, dos textos e olhar-se-á mais o espaço físico para entender como a segregação, a exclusão e a desigualdade se transformam em constantes nas cidades contemporâneas. Ainda é possível dizer que como parte da análise do discurso poderá ser feita uma mitocrítica da metrópole brasileira, procurando o seu mito reitor.



Os textos legais, como o Estatuto da Cidade – lei federal nº 10257, de 2001 -, no que se refere à questão social da moradia tem a preocupação de reverter a segregação socioespacial, problema marcante das cidades brasileiras e de outras cidades do mundo; segregação que se caracteriza pela falta de infraestruturas nos bairros periféricos e favelas – além de riscos de inundações, escorregamento de encostas, vulnerabilidade das edificações e degradação de –áreas de interesse ambiental -, oposto do que acontece nos bairros mais abastados, que têm boa infraestrutura, equipamentos urbanos modernos, área de lazer, etc. Esta diferença existe porque por anos os investimentos e os orçamentos foram empregados somente nas áreas que mais atraíam os planejadores.

A mudança deste quadro começa em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, que “recebeu a incumbência de apoiar estados e municípios na consolidação de novo modelo de desenvolvimento urbano que engloba habitação, saneamento e mobilidade urbana, por meio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, cuja principal tarefa é apoiar a implementação do Estatuto das Cidades” (CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

Independente da Lei que propõe uma proximidade entre a qualidade de moradia dos cidadãos, permitindo qualidade de vida, ainda assim, como diz Maricato

(...) o texto legal, embora fundamental, não é suficiente para resolver problemas estruturais de uma sociedade historicamente desigual na qual os direitos, como por exemplo o direito à cidade ou à moradia legal, não são assegurados para a maioria da população. Parte das grandes cidades brasileiras tem a maioria de sua população morando informalmente sem observação de qualquer lei ou plano urbanístico, sem concurso de arquitetos e engenheiros para construção de seus bairros ou casas, sem financiamento para as obras que compõem uma gigantesca produção doméstica de espaço urbano que evidentemente resulta precário. (CARVALHO; ROSSBACH, 2010: 5).

Maricato diz ainda que isso propicia moradias informais que geram uma produção doméstica de espaço urbano de forma precária; um amontoado de pessoas que vivem em não cidades, onde a falta de infraestrutura, de serviços urbanos e de equipamentos coletivos é uma constante. Esta Lei ganha força nos municípios, por meio do Plano Diretor Estratégico, que a regulará os conceitos de propriedade, uso e ocupação do solo, o planejamento, etc. A Lei “pretende definir como regular a propriedade urbana de modo que os negócios que a envolvem não constituam obstáculo ao direito à moradia para a maior parte da população, visando, com isso, combater a segregação, a exclusão territorial, a cidade desumana, desigual e ambientalmente predatória” (MARICATO, 7,

2010). Ante estas preocupações, o termo Habitação de Interesse Social, que já era utilizado anteriormente no Estatuto da Cidade, ganha força e passa a ser usado por várias instituições governamentais, e não governamentais, órgãos públicos, etc. O que se faz estranho é que toda moradia deve ser de interesse da sociedade, ou social, já que é o bem mais desejado de todo ser humano, ter onde morar...o sonho da casa própria. Quando a utilização do termo se refere apenas a uma determinada classe social, no caso a menos privilegiada, há um sentido de segregação, de exclusão e de desigualdade social; pois demonstra a distância do indivíduo de seu direito básico à moradia.

No Plano Diretor Estratégico, da cidade de São Paulo, artigo 18 (§, III) que trata da Macroárea da Redução da Vulnerabilidade e da Recuperação Ambiental, diz sobre:

(...) construção de Habitação de Interesse Social para reassentamento de populações moradoras de áreas de risco, de áreas de preservação permanente, quando não houver outra alternativa, e das que residem em assentamentos precários na Macrozona de Proteção Ambiental. (2014).

Encontra-se novamente, a preocupação do reassentamento de populações de área de risco e da necessidade de construção de habitação para esta população. Mais a frente, no artigo 23, a necessidade de ampliação de habitação de interesse social. No capítulo II, que se refere ao Regulamento, Uso e Ocupação do Solo e Da Paisagem Urbana (seção I, XXXIV0, cria incentivos urbanístico ao proprietário que fizer doação, ao município, de áreas para ampliação do sistema viário e de áreas verdes; mais a frente, na Seção IV – Da Zona Especial de interesse Social (ZEIS); na subseção I, no Artigo 45, que classifica as ZEIS em cinco categorias, tem-se,

I - ZEIS 1 são áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social (...)

O texto da lei diz que este tipo de ZEIS refere-se a locais de assentamentos habitacionais populares, de população de baixa renda, onde o interesse público deseja manter a população moradora, promovendo uma regularização fundiária e urbanística; o que

interessa é compreender a expressão “onde haja interesse público em manter a população”, o que dá a entender que a população de baixa renda fica à disposição do poder público, que a coloca onde achar melhor, tirando-lhe o poder de decisão. Por outro lado, a ZEIS 2, refere-se a lotes e glebas não utilizados, ou subutilizados, de interesse público para a urbanização; na ZEIS 3, o interesse volta-se para imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados que se encontram em áreas com infraestrutura urbana consolidada; a ZEIS IV trata de glebas ou lotes não edificadas e adequadas a urbanização e edificação situados em áreas que envolvem as questões ambientais; finalmente, a ZEIS 5, são lotes ou conjunto de lotes vazios ou subutilizados localizados em áreas urbanas consolidadas, despertando interesses privados para a produção de Habitação de Interesse Social. O que se pode perceber é o eufemismo empregado pela Lei que faz do cidadão em situação economicamente vulnerável um ser à disposição do paternalismo estatal, que define sua vida e seu local de moradia. Na subseção IX, do Capítulo III, que trata Dos Instrumentos De Política Urbana e De Gestão Ambiental, no Artigo 112, trata da dimensão da área construída computável, que em sendo superior a 20.000 m<sup>2</sup>, uma porção referente a 10% deve ser destinada a Habitação de Interesse Social para a população com renda de 6 salários mínimos. Não necessariamente esta porcentagem deva ser no mesmo terreno e nem necessariamente ser construída, bastando depositar no FUNDURB (Fundo de Desenvolvimento Urbano) o valor equivalente, mesmo que em se trata de proposições governamentais reste dúvidas quanto ao cumprimento da legislação.

Estas palavras de boas intenções mostram a preocupação de se ter um espaço urbano “qualificado” distante dos problemas que podem causar transtornos aos cidadãos da classe média e, principalmente, da classe alta, que têm o direito de viver uma vida diferenciada e em locais urbanizados e com infraestrutura, equipamentos urbanos, segurança, etc; enquanto a maior parte vive em condições preocupantes. Mesmo que a lei aponte para uma possibilidade de melhoria, o que se nota, no dia-a-dia da cidade é a dificuldade dos cidadãos menos privilegiados para se deslocarem até seus trabalhos, para retornarem a suas casas, enfrentando um problema visível das cidades contemporâneas, a mobilidade urbana; além da violência, e de outros perigos que os colocam como segregados, excluídos, aumentando o grau de desigualdade. O texto da Lei opõe-se ao texto e à narrativa urbana, dos “passos perdidos”, como diz Certeau (1994), que tenta

construir uma percepção de cidade mais equânime; sem as diferenças sociais, permitindo a todos o direito de ser cidadão e responsável pelo espaço que constrói no seu cotidiano. Percebe-se com a proposta de Lei que o vetor, ou melhor, as ordens, que organizam os grupos sociais e, neste caso, podemos estender para a organização social das cidades, são a Patrimonial (Quirinal) – também territorial -, que tem por característica a posse e o consumo, e ocupa lugar preponderante na sociedade moderna, e a Mercantil (Mercúrio) que faz do *homo faber* um *homo oeconomicus* – no que se refere ao desenvolvimento do comércio. (Durand, 1980). A posse e o comércio são atividades pertinentes aos aglomerados humanos, como a cidade. Estas atividades, numa organização espacial urbana, fazem da cidade um território dividido em áreas, que, fatalmente, causam segregações e desigualdades. Neste sentido percebe-se as divisões e dificuldades sociais que ocorrerão no território urbano, gerando a separação das classes e da sociedade das cidades. Daí se pensar a cidade dos ricos e a cidade dos pobres, como propõe Bernardo Secchi (2013), apontando alguns aspectos da riqueza e da pobreza, tais como o fato de que ser rico ou pobre também é apontado num capital cultural, vida social e profissional, que dependem, certamente, das condições de moradia e do tipo de serviços oferecidos pela cidade; ou seja, o tipos de equipamentos urbanos existentes nas diferentes regiões – os bairros ricos bem equipados e os bairros pobres com falta de equipamentos urbanos.

(...) dentro das sociedades democráticas modernas a classe rica é, em princípio, um conjunto aberto: todos podem ter a esperança de entrar, e todos devem saber que o risco de ser expulso é concreto, igualmente abertos é o conjunto dos pobres: o risco de ser empurrado está sempre presente, as possibilidades de sair são menores, mas não excluídas. (18, 2013).

Secchi deixa claro a mobilidade existente nas classes sociais contemporâneas, que definem e determinam o lugar dos cidadãos na sociedade e nas cidades, consequentemente; mostra a fragilidade do status da classe rica, e a possibilidade maior de estabilidade na classe pobres. De fato, percebe-se esta estabilidade localizada no eufemismo dado pela fala política para a Habitação de Interesse Social, como pode ser percebida nos textos citados acima. Esta distância econômica e social causa o estranhamento entre os cidadãos, deixando os pobres estigmatizados e especialmente segregados; mesmo quando as propostas políticas apontam áreas centrais para a construção de HIS (habitação de interesse social); esta distância social causa o medo dos

ricos pelos pobres estigmatizados – todo pobre é ladrão, sem-vergonha, etc. -; isto se transforma, por um efeito multiplicador, em medo generalizado, como uma retórica da segurança. Eis a desigualdade! Secchi (idem) diz que o medo revela a insegurança, rompe com a solidariedade desagregando a sociedade, substituindo a cidadania e a virtude civil – “a intolerância nega a proximidade e coloca à distância as atividades, edifícios, espaços públicos, seus habitantes e visitantes, A configuração da cidade e do território muda sempre, mudando o aspecto fundamental da estrutura econômica e social, modificando os sistemas de solidariedade e intolerância dentro da sociedade”. (SECHI, 2013: 22). Considerando as figuras do urbanismo, como exposto acima, a partir de Secchi (2012), percebe-se que as que estruturam este raciocínio da desigualdade são a concentração, que leva aos já mencionados “coágulos urbanos”, e à fragmentação, que define a hierarquia dos lugares.

Este distanciamento entre os cidadãos, causado pelas diferenças sociais e econômicas, é também um distanciamento da percepção estética, considerando-se que as moradias populares, para população de baixa renda, como as habitações de interesse social, por ter um custo social alto, e um custo de infraestrutura elevado, têm o seu aspecto e as suas resoluções estéticas, na concepção dos seus projetos, não levados em consideração. São construídas considerando-se o mínimo da função de morar, abrigar-se. Como se para os pobres o direito à estética fosse vedado. Pensando o conceito de “bonito” no senso comum, os bairros pobres são feios porque se distanciam deste sentido. Estas são as consequências do texto da Lei e da realidade construída das cidades, o esplendoroso cabe aos bairros nobres. Como forma de compensação desta desigualdade, nos bairros pobres é mais visível a beleza do relacionamento comunitário, o sentido de partilha que existe nos momentos de caos social ou mesmo nas consequências da falta de planejamento urbano, como enchentes, desmoronamentos, etc.

Pensando uma possível mitocrítica, pode-se considerar que há um mito da proteção e da comunidade, que remete a uma estrutura mística (DURAND, 1979, 1989); que para o texto de Lei tem uma potência positiva, no entanto, na constituição física do espaço urbano, adquire uma valência negativa, remetendo a um universo da angústia – já que as questões da habitação de interesse social nunca serão resolvidas a contento

## **5. Arquitetura, desigualdade e pobreza segundo a ADE**

A análise do discurso ecológica (ADE) é parte do ramo da ecolinguística praticado no Brasil chamado linguística ecossistêmica. Isso significa que todas as categorias da LE são igualmente categorias da ADE, embora esta tenha as suas categorias específicas, que permitem adentrar as questões discursivas de modo radicalmente ecológico (COUTO; COUTO; BORGES, 2015, p. 51-107, 127-153). Os modelos de análise do discurso tradicionais enfatizam fortemente as questões ideológicas e as relações de poder, assunto muito complexo, para o qual não há espaço suficiente no presente ensaio, motivo pelo qual remetemos aos diversos capítulos do livro recém-mencionados.

A ADE enfatiza vivamente nos discursos sob análise a defesa da vida, sempre que cabível, e a luta contra o sofrimento, sempre que ele for evitável. Para mais pormenores, remetemos os interessados ao mesmo livro. O que interessa no presente momento é a leitura que a ADE faz dos fatos já mencionados e discutidos acima de outras perspectivas. Um dos pontos do tripé ecolinguístico – povo (P), língua (L) e território (T) – é o espaço, isto é, T que tem um lugar de base para todo o ecossistema da comunidade, como se pode ver em Couto (2016). Já vimos que o espaço físico atribuído às classes desprivilegiadas que “ganham” uma casa em um bairro popular geralmente se localiza na periferia. O que é pior, a parte “construída” desse espaço, a arquitetura, é da pior qualidade possível, como também já discutido acima.

Diante desse quadro, não é necessário muito raciocínio para se chegar à conclusão de que “o grande feito” dos administradores que se vangloriam de ter construído casas para centenas de pessoas frequentemente é um elefante branco que traz grande sofrimento às já sofridas pessoas que são alvo do processo. À alegria inicial de receber a chave de uma casa “novinha em folha” para morar segue-se uma grande decepção, uma desilusão devido aos motivos já comentados acima. Além do mais, o “bairro” que lhes foi atribuído fica muito longe do local de trabalho, às vezes até mesmo sem transporte público adequado.

Por ser influenciada pela Ecologia Profunda de Arne Naess, a ADE não assume apenas uma postura de denúncia do descalabro, que frequentemente está relacionada ao desvio de verbas, corrupção etc. Ela assume uma atitude interventiva no sentido de conscientizar a população alvo a exigir pacificamente o cumprimento das promessas. Para com os administradores ela sugere uma vigilância no sentido de que o que foi prometido e planejado seja executado sem desvios e sem corrupção. Sugere até mesmo punição para

os corruptos e ineficientes. Mas tudo à la Gandhi, sem violência, ou seja, uma ação e resistência pacífica.

Partindo desta postura da pacificação, a ADE pensa a possibilidade de transformação de bairros periféricos em lugares mais humanizados, lugares onde as pessoas possam viver suas Vidas, dentro de uma homeostase, considerando-se que o espaço é uma necessidade biológica, psicológica e social. Conseqüentemente, o estudo das construções deve permear os espaços naturais, mentais e sociais; levando em conta a vida, que é uma energia, o espaço urbano deve ser entendido como o lugar das relações harmoniosas entre localização do lote e seu tempo de deslocamento com relação aos serviços da cidade, dos empregos e da infraestrutura urbana. Se a vida é autopreservação e pulsões internas teria que se preservar diversidade de funções para que haja vida social entre os espaços com a presença das pessoas, ou seja, é preciso promover a vida urbana como uma vontade de preservação do modo de vida. Considerando pela ADE, dever-se-ia construir conjuntos habitacionais complexos que comportassem todas a multidimensionalidade da vida; neste momento, pode-se acrescentar o pensamento de Augustin Berque, e considerar esta complexidade, como sendo Ecumene - “ecumene, é o conjunto e a condição dos ambientes humanos, naquilo que eles têm de propriamente humano, mas não menos importante, o que têm de ecológico e de físico [...] ecumene é a relação: a relação ecológica, técnica e simbólica da humanidade na superfície terrestre [...] é a geografia da existência das coisas, por onde começa nossa existência” (BERQUE, 1987: 17).

Claro que a construção de complexos habitacionais deve aparecer sob a forma de uma ação conjunta, envolvendo local de moradia, urbanidade, conexão com a cidade e espaços associados à geração de renda, projetos, vontade e estratégias políticas com a perspectiva de melhor distribuição das benesses urbanas, preservando a diversidade de funções para que haja vida social, e promoção da vida urbana, preservando o modo de vida dos cidadãos que habitarão estes conjuntos habitacionais de interesse social, e fazendo da casa, juntamente com a paisagem, um estado de alma que se enraíza na Vida. Neste ponto pode-se recorrer a Hillman (1993), quando diz que

Uma cidade que negligencia o bem-estar da alma faz com que a alma busque seu bem-estar de forma degradante e concreto nas sombras desses mesmos reluzentes arranha-céus. Bem-estar, um fenômeno específico das cidades, não é apenas um problema econômico e social, mas predominantemente um problema psicológico. A alma que não for cuidada – quer seja na vida pessoal, quer na vida da comunidade – torna-se uma criança

raivosa. (1993, 42).

## 6. Considerações finais

A análise do discurso ecológica (ADE), parte do ramo da ecolinguística, forneceu o arcabouço geral para a pesquisa, aí incluídas questões como a do espaço vital (território), o respeito à diversidade (natural e cultural) e outras. A análise do discurso ecológica forneceu as bases para um afinamento da análise, com conceitos como o de ideologia da vida, que enfatiza a defesa da vida e uma luta constante contra tudo que possa trazer sofrimento físico, mental ou social, sempre que o sofrimento for evitável. Enfatiza também a procura pela autorrealização de todo e qualquer ser vivo. Tudo isso complementado por ideias defendidas por Certeau, Secchi e Durand.

Como vimos, há a boa e a má diversidade. A desigualdade é a má diversidade. Nesse caso, todos deveriam ter os mesmos direitos aos meios de consumo, à moradia, à saúde, à informação (educação) etc. Não no sentido do comunismo, que não queria saber de diferenças, diversidades de nenhuma natureza sobretudo de opinião. A aparente bondade das elites políticas erguendo impessoais conjuntos habitacionais na periferia das grandes cidades é apenas aparente. Na verdade, mesmo com eles, o sofrimento dos desprivilegiados continuam. E só mudará ou amenizará a qualidade de vida que esta desigualdade traz, quando a construção, ou melhor, transformação de bairros pobres em confortáveis, como os bairros ricos, surgir, ou melhor, for coordenado por ações populares; por uma vontade de preservação do modo de vida e, portanto, da base cultural que institui este agrupamento humano - o bairro periférico, pobre, etc -; se a vida é autopreservação e pulsões internas; a cultura é o veículo destas manifestações, ou o veículo transformador das condições socioculturais. Sendo assim, o que deve ser levado em conta é a energia vital do grupo e a compreensão de que a harmonia que deve existir na organização cósmica pode ser uma harmonia dos opostos, e não necessariamente um estado consonante dos fatos. Esta tem sido a forma de muitos movimentos populares agirem, nas periferias de São Paulo, o que permite perceber a autonomia que as periferias adquiriram em relação ao centro consolidado da cidade; ao perceberem sua força cultural, estas periferias começaram a "cuidar de si" e entenderam que a preocupação com o outro era a manutenção do grupo e conseqüentemente uma força política - de uma política não partidária -, mas da *pólis*; assim começaram a transformação de seu meio ambiente e adquiriram equipamentos urbanos que faltavam na região, como UBS, Centros Culturais,



etc. certamente, estes bairros perceberam a sua força organizacional após um processo entrópico. Na sua reorganização compreenderam a pulsão de vida, o prazer pela vida, e optaram por Eros e se reorganizaram; mas aprenderam com a pulsão de morte, Tânetos. A necessidade interior de ter um lugar para chamar de “seu” fez com que a população se reorganizasse, e assim tomaram posse do lugar, independente da sua classificação socioeconômica.

Mas, pensar que os bairros ricos – por terem a infraestrutura necessária à vida urbana – são confortáveis, é ilusão. Quando não há o sentido de pertencimento nada é confortável. Este sentido existe muito mais nos bairros pobres, do que nos ricos, cujos moradores que ali moram, morariam em qualquer parte do mundo, considerando que muitos têm negócios fora do país. O churrasco na laje não acontece nestes bairros, quando muito, uma festa formal, que expulsa a espontaneidade. Os bairros ricos não têm facilidade de locomoção dos seus moradores. O comércio é sempre mais afastado das residências, que nos bairros pobres.

Quanto à tipologia das casas, é bom que sejam diferentes. As casas pobres cumprem a sua função de refúgio. Todos os moradores se encontram e compartilham de suas vidas num mesmo espaço comum. Conversam e falam de suas dificuldades. As casas pobres são mais “limpas” esteticamente. Não têm nada de rebuscado, mas acolhem seus moradores. As casas ricas, muitas vezes, no seu tamanho de área construída, dificulta o encontro das pessoas, que vivem em seus quartos, com suas televisões, celulares, etc. As salas de estar são imensas e vazias; e o gosto estético, na maioria das vezes, duvidoso. Há um rebuscamento de estilos, ornamentos, decorações, que transformam essas casas em algo de grotesco. Não são todas, lógico; mas as poucas, já bastam. Então, deste esvaziamento do sentido de comunhão, de isolamento, num rasgo de desvario, é possível pensar em uma pulsão de morte. Talvez, neste caso haja uma homeostase, na manutenção de uma estabilidade; enquanto no bairro pobre ocorre, na sua reorganização, um processo neg-entrópico, que nos sistemas bio-sociais são autopoieticos. Daí, a prescrição, para não ser do senso comum, deve ser uma culturálise de grupo (CARVALHO, 1990).

### Referências

- BERQUE, Augustin. *Écoumène: introduction à l'étude des milieux humains*. Paris: Édition Belin, 1987.
- CARVALHO, Celso Iso Santos; ROSSBACH, Anacláudia (org.). *O estatuto da cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

- CARVALHO, José Carlos de Paula. *Antropologia das organizações e educação: um ensaio holonômico*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- CARVALHO, J. C. de P. *A Educação fática: construção, vieses e projetividade*. Cuiabá: Ver. De Educação Pública, v. 4, n. 6, jun./dez. 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COUTO, H. H. A comunidade de fala Fazenda do Zé Artino. Disponível em: <http://meioambientealinguagem.blogspot.com.br>, 2016 (acesso: 20/02/2016).
- COUTO, H. H.; COUTO, E. K.; BORGES, L. O. *Análise do discurso ecológica*. Campinas: Pontes, 2015.
- DURAND, Gilbert. La cité et les divisions du royaume. In: BRILL, E. J. – *L'Une et le divers*. Leiden: Editeur Adolf Portmann et Rudolf Ritsema, 1980.
- DURAND, Gilbert. *Figures mythiques et visages de l'oeuvres: de la mythocritique à la mythanalyse*. Paris: Berg International, 1979.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- HILLMAN, James. *Cidade & alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- MARICATO, Ermínia. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso Iso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (org.). *O estatuto da cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 2010.
- SÃO PAULO (Município). Plano diretor Estratégico. *Diário oficial da cidade de São Paulo*, ano 59, nº 140, 01 de agosto de 2014.
- SECCHI, Bernardo. *La città dei ricchi e la città dei poveri*. Bari, Itália: Editori Laterza, 2013.

Recebido: 25/03/2018.

Aceito: 10/07/2018.